



Diário Económico

18-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neqócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18714

Temática: Construção/Imobiliáríc

Dimensão: 149

Imagem: S/Cor

Página (s): 32

Defesa diz que subconcessão dos Estaleiros de Viana salva mais empregos

Construção Naval Ministro da Defesa defende subconcessão, que já tem interessados.

A subconcessão dos terrenos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) é a solução que permite "salvar o maior número de postos de trabalho", defendeu ontem José Pedro Aguiar-Branco, ministro da Defesa, no Parlamento.

Governo e PS trocaram ontem acusações durante a apresentação de uma apreciação parlamentar do PS e do PCP com o objectivo de anular a alteração do contrato de concessão, que permite a subconcessão - o processo já foi lançado e está a decorrer a fase de entrega das propostas dos interessados, sendo que o prazo termina na próxima segunda-feira. A tutela já confirmou a existência de oito interessados.

O ministro da Defesa lamentou a "triste herança do PS" quanto aos Estaleiros, lembrando um despacho assinado em 2011 pelo então secretário de Estado do PS Jorge Fão, prevendo a redução progressiva de trabalhadores até ao número de 420, que "não foram logo despedidos porque foi revogado" quando o PSD/CDS-PP chegou ao Governo.

Jorge Fão, por seu turno, acusou o Governo de nada ter feito para viabilizar a empresa e, numa acesa troca de palavras, garantiu que "é falsa a acusação" de que existiu o despacho, referindo depois que "existiu um plano para recuperar a empresa que previa a redução progressiva até 400 postos de trabalho" e que "ao mesmo tempo despachava no sentido de rever o plano para garantir fontes de receita que garantissem a viabilidade da empresa".

Os ENVC estiveram em processo de privatização mas este foi suspenso devido a uma investigação de Bruxelas sobre alegadas ajudas de Estado. A alternativa encontrada foi a subconcessão dos terrenos mas, ao contrário da privatização, o caderno de encargos não pode ter qualquer exigência relativamente aos postos de trabalho. Aliás, a tutela já referiu várias vezes que não podia assegurar a manutenção de todos os empregos. ■ C.S. com Lusa



José Pedro Aguiar-Branco, ministro da Defesa, acusou o anterior Governo socialista de ter um despacho que previa despedimentos.